



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

PROCESSO Nº 59000.023398/2021-38

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de pedido de manifestação jurídica acerca da proposta de Resolução que estabelece os ritos de recebimento de recursos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no inciso XI do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e no inciso XII do art. 1º do Regimento Interno do CNRH, aprovado pela resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. [CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.](#)
- 2.2. [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#) - institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- 2.3. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#) - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- 2.4. [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#) - Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- 2.5. [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#) - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

3. ANÁLISE

3.1. Trata-se de proposta de Resolução (SEI 3561101) que estabelece os ritos de recebimento de recursos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no inciso XI do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e no inciso XII do art. 1º do Regimento Interno do CNRH, aprovado pela resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020.

3.2. A resolução faz-se necessária visto que o CNRH ainda não possui um procedimento definido para receber este tipo de demanda, o que gerou certa morosidade no andamento do recurso interposto pela ABRAGE - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica e a ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGE/ABRAGEL nº 01/2018 - SEI 3033778). Conforme relatado no processo 59000.010394/2020-17 o CNRH enfrentou algumas incertezas e dúvidas ao lidar com o recebimento do pedido de

recurso, visto que tal situação era nova e não existia um procedimento a ser seguido. Por esta razão foi solicitado à CONJUR auxílio quanto ao recebimento e eventual solução do mérito. Diante desta requisição a CONJUR se manifestou através do parecer n. 00118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (SEI 3074015) onde analisou a competência do CNRH, a tempestividade do recurso e a possibilidade de receber o recurso como Direito de Petição. Também informou que a CONJUR só poderia fazer a análise de um eventual ato normativo à luz de uma minuta já elaborada, como explica o item 9 do referido parecer:

“9. As outras questões levantadas na Nota Técnica, como os efeitos de eventual decisão de mérito do CNRH acerca da Deliberação nº 88 do CBH Paranaíba e a competência da Secretaria-Executiva do CNRH para definir a tramitação de recursos no âmbito da CNRH, não serão aqui analisadas. Primeiro porque a eventual análise de mérito compete ao CNRH, devendo a CONJUR se manifestar no caso de dúvidas jurídicas submetidas expressamente acerca de determinadas questões. Depois porque a análise jurídica de atos normativos (no caso, para tratar de recursos) deve ser feita à luz de uma minuta já elaborada.”

3.3. Foi então elaborada uma minuta de Resolução pela Secretaria-Executiva do CNRH que apresentou o texto inicial na 12ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, realizada em 8 de novembro de 2021, ocasião em que os membros fizeram suas contribuições e desenvolveram um procedimento a ser seguido no recebimento de recursos pelo CNRH.

3.4. Dentre as contribuições estão os ajustes dos prazos para recebimento e para trâmite dentro da estrutura do Conselho, adaptação do procedimento que será aplicado no recebimento do recurso e inclusão de uma comissão de relatoria. Estas adaptações foram feitas considerando a estrutura do CNRH e o tempo médio demandado para que os processos tramitem tanto nas Câmaras Técnicas quanto no Plenário.

3.5. Cabe informar que o procedimento a ser seguido no recebimento de recurso foi pensado para que a decisão final, nas possibilidades de arquivamento, análise de admissibilidade e resolução do mérito, seja sempre do plenário. Desta forma, as funções foram divididas como segue:

3.5.1. Caberá à **Secretaria-Executiva** receber o pedido de recurso, verificar a documentação recebida, comunicar as partes envolvidas e, se for o caso, solicitar a complementação dos documentos; por fim, encaminhar o processo para análise da CTAL.

3.5.2. Caberá à **CTAL** primeiramente verificar se o processo atende aos requisitos de admissibilidade, caso entenda que estes não foram atendidos deverá encaminhar o processo ao plenário, acompanhado de parecer fundamentado, opinando pelo arquivamento do mesmo. Caso entenda que os requisitos foram atendidos, deverá designar uma comissão de relatoria, composta por três de seus membros, para acompanhar, instruir o processo e elaborar o parecer que irá subsidiar a decisão do plenário. Ainda, caso seja necessário a comissão poderá solicitar o auxílio de outras Câmaras Técnicas para subsidiar seu parecer.

3.6. Assim, feito o ajuste da minuta da resolução para que esta reflita o procedimento pensado pelos membros da CTAL e incluídas as sugestões feitas na 12ª Reunião da CTAL, solicitamos o auxílio da Consultoria Jurídica que atua junto a este Ministério para:

- I - Analisar se o procedimento está disposto de forma clara e coerente no normativo e, caso entenda necessário, sugerir como pode ser aprimorado;

II - Analisar se o normativo (SEI 3561101) está adequado aos requisitos legais e, principalmente, se está de acordo com as competências previstas na Lei nº 9433/1997, no Decreto 10000/2019 e na Resolução CNRH nº 215/2020.

4. **CONCLUSÃO**

4.1. Trata-se de consulta jurídica sobre a minuta de resolução (SEI 3561101) elaborada pela Secretaria-Executiva do CNRH, que trata sobre o procedimento para recebimento de recursos administrativos pelo Conselho.

4.2. A minuta foi ajustada para atender às solicitações e sugestões feitas pelos membros da CTAL, buscando refletir o procedimento pensado pelos integrantes da referida Câmara técnica na ocasião. Solicita-se o auxílio da CONJUR para analisar se a minuta é clara e coerente quanto ao procedimento e também se o normativo é juridicamente adequado, principalmente quanto às competências previstas pelas normas legais que regem o CNRH.

À Consideração Superior,

MARIA EDUARDA RAMOS FIGUEIREDO

Advogada - Estagiária de Nível Superior
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

ROSELI DOS SANTOS SOUZA

Coordenadora de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Ao Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas com recomendação de aprovação.

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza**, **Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 19/01/2022, às 10:19, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**, **Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 19/01/2022, às 14:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3559056** e o código CRC **997CC1D5**.

Referência: Processo nº 59000.023398/2021-38

SEI nº 3559056



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXXX DE 2022

Estabelece procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo CNRH.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências dadas pelo art. 35, inciso VI e pelo parágrafo único do art. 38 da Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, observado o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e a Lei nº 9.784/98 que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para o recebimento, pelo CNRH, de recursos administrativos referentes a conflitos relacionados aos recursos hídricos.

Art. 2º O recurso deverá ser encaminhado ao CNRH em até trinta dias corridos contados da divulgação oficial da decisão recorrida.

Art. 3º O recurso deverá ser protocolizado na Secretaria Executiva do CNRH acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

I - descrição dos fatos e fundamentos objeto do pedido de reexame;

II - apresentação de cópia do recurso que foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão; e

III - apresentação de cópia do processo administrativo que originou a decisão recorrida, contendo todos os documentos necessários para a análise e deliberação pelo plenário.

§ 1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, solicitará ao requerente que complemente a documentação no prazo de quinze dias úteis.

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no §1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH enviará o processo à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL informando qual requisito não foi atendido.

Art. 4º Preenchidos os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará os envolvidos a

instauração do processo administrativo.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada pelo requerente e estabelecerá o prazo de trinta dias corridos para que o demandado se manifeste sobre o objeto do recurso.

§ 2º Após o recebimento da manifestação prevista no §1º deste artigo, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhará o recurso e os documentos correspondentes para análise da CTAL.

Art. 5º Cabe à CTAL analisar o recurso e emitir parecer para subsidiar a decisão do plenário.

§ 1º Caso entenda que o procedimento não atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL deverá encaminhar o feito ao plenário, acompanhado de parecer devidamente fundamentado, sugerindo o arquivamento do procedimento.

§ 2º Caso entenda que o procedimento atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL designará uma comissão de relatoria composta por três de seus membros, de segmentos distintos, desde que não seja o(os) diretamente envolvido(s).

§ 3º A comissão de relatoria será escolhida por voto da maioria simples dos membros da CTAL.

§ 4º Entendendo estar devidamente instruído o processo a comissão de relatoria irá elaborar e submeter seu parecer para apreciação dos membros da CTAL.

§ 5º Caso julgue necessário a comissão de relatoria poderá solicitar parecer de outra Câmara Técnica que tenha relação com o tema da demanda.

§ 6º Na hipótese do § 5º, após emitido o parecer pela câmara técnica competente, o processo retornará a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL para apreciação e elaboração do parecer da comissão de relatoria.

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do *caput* e a CTAL terão, respectivamente, 45 dias e 60 dias corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será interrompido caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

Art. 6º Com fundamento no parecer da CTAL, bem como nas manifestações apresentadas pelos envolvidos, o Plenário do CNRH irá deliberar sobre o objeto do recurso.

Art. 7º No processo de análise e discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos envolvidos.

Art. 8º A deliberação pelo CNRH constitui decisão final, no âmbito administrativo, sobre o recurso.

Art. 9º Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Resolução, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente

Executivo

Secretário



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,
Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos, em 21/01/2022, às 16:06, com
fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3561101 e o código CRC **8F9C1C48**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS HÍDRICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 828, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

PARECER n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023398/2021-38

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - MDR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

EMENTA: Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) – Estabelecimento de procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – Considerações apresentadas.

Senhor Coordenador-Geral, Substituto,

1. Submetida à análise desta Consultoria Jurídica proposta de Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que estabelece procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (SEI nº 3561101).
2. Conforme consta dos autos, o CNRH vem enfrentando dificuldades quanto ao tratamento a ser dado a recursos administrativos, tal como ocorreu quando da interposição de recurso pela ABRACE – Associação Brasileira das Empresas de Energia Elétrica e a ABRAGEL – Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRACE/ABRAGEL nº 01/2018 – SEI nº 3033778).
3. Assim, o CNRH, após consulta à CONJUR, que se manifestou por intermédio do r. Parecer nº 0118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (SEI nº 3074015), apresenta a presente proposta de Resolução, cuja minuta foi elaborada pela Secretaria-Executiva do CNRH que apresentou o texto inicial na 12ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, realizada em 8 de novembro de 2021, ocasião em que os membros fizeram suas contribuições e desenvolveram um procedimento a ser seguido no recebimento de recursos pelo CNRH (SEI nº 3559056).
4. Os autos vieram instruídos, principalmente, com os seguintes documentos:
 - a) Nota Técnica nº 03/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3559056);
 - b) Parecer nº 0118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (SEI nº 3074015);
 - c) Despacho SNSH S/N (SEI nº 3569645);
 - d) Minuta de Resolução do CNRH (SEI nº 3561101).
5. É o breve relato.

II. APRECIÇÃO

II.1 - Considerações Preliminares

6. Conforme cediço, o regime jurídico de direito público consiste no conjunto de princípios e normas que disciplinam a atividade administrativa para a consecução dos interesses da coletividade. Dessa forma, as prerrogativas e restrições a que se sujeita a Administração Pública constituem mecanismos legais destinados, em primeira e última análise, à garantia do interesse público.
7. Cabe registrar, ademais, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. Primeiro, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas dos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. Segundo, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. Terceiro, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
8. É nesse sentido o enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

9. Feitas tais considerações preliminares, cumpre que adentremos nas especificidades do presente caso.

II.2 - Especificidades do caso presente

10. Conforme leciona Marçal Justen Filho [1], “Regimento é ato administrativo unilateral, normativo, destinado a disciplinar a organização e o funcionamento de órgãos colegiados”. Por seu turno, conforme o mesmo autor, a *Resolução Administrativa* (que não se confunde com a Resolução Legislativa, que possui natureza legal), também se trata de Ato Administrativo de natureza Normativa, tradicionalmente editada por Ministros de Estado [2].

11. Por outro lado, a matéria sob análise se insere dentro das atribuições do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de outubro de 2019, *verbis*:

“Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo, integrante da Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional, ao qual compete:

(...)

XI - deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos ;

(...)”

12. Também o CNRH possui a faculdade de se pronunciar por meio de Resolução, conforme o caso, nos termos do art. 6º, § 4º, do mesmo decreto. Veja-se:

“Art. 6º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente ou por requerimento de um terço de seus membros.

(...)

§ 4º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se manifestará por meio de:

I - resolução;

II - moção; e

III - comunicação.

13. Assim, possuindo o CNRH competência para tratar da matéria em questão e tendo escolhido a forma adequada para tal (Resolução), passemos, a seguir, a analisar os demais aspectos relacionados ao tema; notadamente as normas de regência da matéria em questão, bem como a Lei nº 12.787/2013, o Decreto nº 9.191/2017, e o Manual de Redação da Presidência da República.

II. 3 - DA MINUTA DE RESOLUÇÃO

14. A minuta de Resolução sob análise (SEI nº 3 561101), subscrita pelo Presidente do CNRH e pelo Secretário Executivo, *estabelece os procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo CNRH*.

15. As justificativas apresentadas pela área técnica para a edição da presente Resolução residem, notadamente, na necessidade, no âmbito da competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, de se estabelecer os *procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo CNRH*, já que, conforme relatado pela área técnica, o CNRH vem enfrentando dificuldades quanto ao tratamento a ser dado a recursos administrativos, tal como ocorreu quando da interposição de recurso pela ABRACE - Associação Brasileiras das Empresas de Energia Elétrica e a ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRACE/ABRAGEL nº 01/2018 - SEI nº 3033778).

16. Visa-se, assim, com o estabelecimento de tais procedimentos, fixar as balizas necessárias ao devido processo legal, para o trato da questão, indo ao encontro da segurança jurídica, imparcialidade, impessoalidade, transparência e demais princípios aplicáveis à matéria.

17. Cumpre, a propósito, para melhor visualização da matéria, transcrever os termos da minuta em questão (SEI nº SEI nº 3561101):

RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXXX DE 2022

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências dadas pelo art. 35, inciso VI e pelo parágrafo único do art. 38 da Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, observado o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e a Lei nº 9.784/98 que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para o recebimento, pelo CNRH, de recursos administrativos referentes a conflitos relacionados aos recursos hídricos.

Art. 2º O recurso deverá ser encaminhado ao CNRH em até trinta dias corridos contados da divulgação oficial da decisão recorrida.

Art. 3º O recurso deverá ser protocolizado na Secretaria Executiva do CNRH acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

I - descrição dos fatos e fundamentos objeto do pedido de reexame;

II - apresentação de cópia do recurso que foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão; e
III - apresentação de cópia do processo administrativo que originou a decisão recorrida, contendo todos os documentos necessários para a análise e deliberação pelo plenário.

§ 1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos

no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, solicitará ao requerente que complemente a documentação no prazo de quinze dias úteis.

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no §1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH enviará o processo à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL informando qual requisito não foi atendido.

Art. 4º Preenchidos os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará os envolvidos a instauração do processo administrativo.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada pelo requerente e estabelecerá o prazo de trinta dias corridos para que o demandado se manifeste sobre o objeto do recurso.

§ 2º Após o recebimento da manifestação prevista no §1º deste artigo, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhará o recurso e os documentos correspondentes para análise da CTAL.

Art. 5º Cabe à CTAL analisar o recurso e emitir parecer para subsidiar a decisão do plenário.

§ 1º Caso entenda que o procedimento não atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL deverá encaminhar o feito ao plenário, acompanhado de parecer devidamente fundamentado, sugerindo o arquivamento do procedimento.

§ 2º Caso entenda que o procedimento atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL designará uma comissão de relatoria composta por três de seus membros, de segmentos distintos, desde que não seja o(os) diretamente envolvido(s).

§ 3º A comissão de relatoria será escolhida por voto da maioria simples dos membros da CTAL.

§ 4º Entendendo estar devidamente instruído o processo a comissão de relatoria irá elaborar e submeter seu parecer para apreciação dos membros da CTAL.

§ 5º Caso julgue necessário a comissão de relatoria poderá solicitar parecer de outra Câmara Técnica que tenha relação com o tema da demanda.

§ 6º Na hipótese do § 5º, após emitido o parecer pela câmara técnica competente, o processo retornará a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL para apreciação e elaboração do parecer da comissão de relatoria.

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do *caput* e a CTAL terão, respectivamente, 45 dias e 60 dias corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será interrompido caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

Art. 6º Com fundamento no parecer da CTAL, bem como nas manifestações apresentadas pelos envolvidos, o Plenário do CNRH irá deliberar sobre o objeto do recurso.

Art. 7º No processo de análise e discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos envolvidos.

Art. 8º A deliberação pelo CNRH constitui decisão final, no âmbito administrativo, sobre o recurso.

Art. 9º Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Resolução, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente

Secretário Executivo

II.4- Dos termos das Minutas sob análise

18. No que se refere aos termos da minuta em questão, vale observar que, em se tratando de elaboração de ato normativo não só as normas constitucionais são de observância obrigatória, mas também a Lei Complementar nº 95/1998, bem como o Decreto nº 9.191/2017, os quais estabelecem normas e diretrizes para a elaboração de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal.

19. Vale, a propósito, transcrever os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.191/2017, que trata da elaboração dos Atos Normativos:

“(…)

Art. 13. A elaboração de atos normativos observará o disposto no Anexo.

Art. 14. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, e observarão o seguinte:

I - para obtenção da clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se pode empregar a nomenclatura própria da área sobre a qual se está legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta;

d) evitar preciosismo, neologismo e adjetivação; e

e) buscar a uniformidade do tempo verbal no texto da norma legal e usar, preferencialmente, o presente ou o futuro simples do presente do modo indicativo;

II - para obtenção da precisão:

- a) articular a linguagem, comum ou técnica, mais adequada à compreensão do objetivo, do conteúdo e do alcance do ato normativo;
 - b) expressar a ideia, quando repetida ao longo do texto, por meio das mesmas palavras, e evitar o emprego de sinonímia;
 - c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;
 - d) escolher termos que tenham o mesmo significado na maior parte do território nacional, de modo a evitar o uso de expressões locais ou regionais;
 - e) quanto ao uso de sigla ou acrônimo:
 - 1. não utilizar para designar órgãos da administração pública direta;
 - 2. para entidades da administração pública indireta, utilizar apenas se previsto em lei;
 - 3. não utilizar para designar ato normativo;
 - 4. usar apenas se consagrado pelo uso geral e não apenas no âmbito de setor da administração pública ou de grupo social específico; e
 - 5. na primeira menção, utilizar acompanhado da explicitação de seu significado;
 - f) indicar, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, por meio do emprego da abreviatura “art.”, seguida do número correspondente, ordinal ou cardinal;
 - g) utilizar as conjunções “e” ou “ou” no penúltimo inciso, alínea ou item, conforme a sequência de dispositivos seja, respectivamente, cumulativa ou disjuntiva;
 - h) grafar por extenso as referências a números e percentuais, exceto data, número de ato normativo e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;
 - i) expressar valores monetários em algarismos arábicos, seguidos de sua indicação por extenso entre parênteses;
 - j) grafar as datas das seguintes formas:
 - 1. “4 de março de 1998”; e
 - 2. “1º de maio de 1998”;
 - k) grafar a remissão aos atos normativos das seguintes formas:
 - 1. “Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, na ementa, no preâmbulo e na primeira remissão no corpo da norma; e
 - 2. “Lei nº 8.112, de 1990”, nos demais casos;
 - l) grafar a indicação do ano sem o ponto entre as casas do milhar e da centena; e
- III - para a obtenção da ordem lógica:
- a) reunir sob as categorias de agregação – livro, título, capítulo, seção e subseção – apenas as disposições relacionadas com a matéria nelas especificada;
 - b) restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio;
 - c) expressar, por meio dos parágrafos, os aspectos complementares à norma enunciada no **caput** do artigo e as exceções à regra por esse estabelecida; e
 - d) promover as discriminações e as enumerações por meio dos incisos, das alíneas e dos itens.

Articulação e formatação

Art. 15. O texto da proposta de ato normativo observará as seguintes regras:

- I - a unidade básica de articulação é o artigo, indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;
- II - a numeração do artigo é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais;
- III - o texto do artigo inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos;
- IV - o artigo desdobra-se em parágrafos ou em incisos e o parágrafo, em incisos;
- V - o parágrafo único é indicado pela expressão “Parágrafo único”, seguida de ponto e separada do texto normativo por dois espaços em branco;
- VI - os parágrafos são indicados pelo símbolo “§”, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;
- VII - a numeração do parágrafo é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais;
- VIII - o texto do parágrafo único e dos parágrafos inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos;
- IX - os incisos são indicados por algarismos romanos seguidos de hífen, separado do algarismo e do texto por um espaço em branco;
- X - o texto do inciso inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:
 - a) ponto-e-vírgula;
 - b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas; ou
 - c) ponto, caso seja o último;
- XI - o inciso desdobra-se em alíneas, indicadas com letra minúscula na sequência do alfabeto e acompanhada de parêntese, separado do texto por um espaço em branco;
- XII - o texto da alínea inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:
 - a) ponto-e-vírgula;
 - b) dois-pontos, quando se desdobrar em itens; ou
 - c) ponto, caso seja a última e anteceda artigo ou parágrafo;
- XIII - a alínea desdobra-se em itens, indicados por algarismos arábicos, seguidos de ponto e separados do texto por um espaço em branco;

XIV - o texto do item inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:

a) ponto-e-vírgula; ou

b) ponto, caso seja o último e anteceda artigo ou parágrafo;

XV - os artigos podem ser agrupados em capítulos;

XVI - os capítulos podem ser subdivididos em seções, e as seções em subseções;

XVII - no caso de códigos, os capítulos podem ser agrupados em títulos, os títulos em livros, e os livros em partes;

XVIII - os capítulos, os títulos, os livros e as partes são grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos;

XIX - a parte pode ser subdividida em parte geral e em parte especial, ou em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

XX - as subseções e as seções são indicadas por algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e em negrito;

XXI - os agrupamentos a que se refere o inciso XV podem ser subdivididos em “Disposições Preliminares”, “Disposições Gerais”, “Disposições Finais” e “Disposições Transitórias”;

XXII - na formatação do texto do ato normativo, utiliza-se:

a) fonte Calibri, corpo 12;

b) margem lateral esquerda de dois centímetros de largura;

c) margem lateral direita de um centímetro de largura; e

d) espaçamento simples entre linhas e de seis pontos após cada parágrafo, com uma linha em branco acrescida antes de cada parte, livro, título ou capítulo;

XXIII - na formatação do texto do ato normativo não se utiliza texto em itálico, sublinhado, tachado ou qualquer forma de caracteres ou símbolos não imprimíveis;

XXIV - os arquivos eletrônicos dos atos normativos são configurados para o tamanho A4 (duzentos e noventa e sete milímetros de altura por duzentos e dez milímetros de largura);

XXV - as palavras e as expressões em latim ou em língua estrangeira são grafadas em negrito;

XXVI - a epígrafe, formada pelo título designativo da espécie normativa e pela data de promulgação, é grafada em letras maiúsculas, sem negrito, de forma centralizada; e

XXVII - a ementa é alinhada à direita da página, com nove centímetros de largura.

Parágrafo único. Poderá ser adotada a especificação temática do conteúdo de grupo de artigos ou de um artigo mediante denominação que preceda o dispositivo, grafada em letras minúsculas em negrito, alinhada à esquerda, sem numeração.

Alteração de atos normativos

Art. 16. A alteração de ato normativo será realizada por meio:

I - de reprodução integral em um só texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - de revogação parcial; ou

III - de substituição, supressão ou acréscimo de dispositivo.

§ 1º A Alteração de dispositivo de medida provisória editada anteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, será realizada por meio da edição de novo ato e da revogação dos dispositivos relacionados ao tema que constem da referida medida provisória.

§ 2º Não será realizada alteração de dispositivo de medida provisória editada posteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Art. 17. Na alteração de ato normativo, as seguintes regras serão observadas:

I - o texto de cada artigo acrescido ou alterado será transcrito entre aspas, seguido da indicação de nova redação, representada pela expressão “(NR)”;

II - a expressão “revogado”, ou outra equivalente, não será incluída no corpo da nova redação;

III - a renumeração de parágrafo ou de unidades superiores a parágrafo é vedada;

IV - a renumeração de incisos e de unidades inferiores a incisos é permitida se for inconveniente o acréscimo da nova unidade ao final da sequência;

V - o aproveitamento de número ou de letra de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou cuja execução tenha sido suspensa pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, caput, inciso X, da Constituição, é vedado; e

VI - nas hipóteses previstas no inciso III do **caput** do art. 16:

a) o ato normativo a ser alterado deverá ser mencionado pelo título designativo da espécie normativa e pela sua data de promulgação, seguidos da expressão “passa a vigorar com as seguintes alterações”, sem especificação dos artigos ou subdivisões de artigo a serem acrescidos ou alterados;

b) na alteração parcial de artigo, os dispositivos que não terão o seu texto alterado serão substituídos por linha pontilhada; e

c) a utilização de linha pontilhada será obrigatória para indicar a manutenção de dispositivo em vigor e observará o seguinte:

1. no caso de manutenção do texto do **caput**, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do artigo a que se refere;

2. no caso de manutenção do texto do **caput** e do dispositivo subsequente, duas linhas pontilhadas serão empregadas e a primeira linha será precedida da indicação do artigo a que se refere;

3. no caso de alteração do texto de unidade inferior dentro de unidade superior do artigo, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do dispositivo a que se refere; e

4. a inexistência de linha pontilhada não dispensará a revogação expressa de parágrafo. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos III e IV do **caput**, caso seja necessária a inserção de novos dispositivos no ato normativo, será utilizado, separados por hífen, o número ou a letra do dispositivo imediatamente anterior acrescido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem necessárias para identificar os acréscimos.

Cláusula de revogação

Art. 18. A cláusula de revogação relacionará, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas.

§ 1º A expressão “revogam-se as disposições em contrário” não será utilizada.

§ 2º No caso de normas anteriormente alteradas, a revogação expressa incluirá os dispositivos modificados e os dispositivos da norma alteradora.

§ 3º A cláusula de revogação será subdividida em incisos quando se tratar:

I - de mais de um ato normativo; ou

II - de dispositivos não sucessivos de um mesmo ato normativo.

Vigência e vacatio legis

Art. 19. O texto da proposta indicará, de forma expressa, a vigência do ato normativo.

Art. 20. A **vacatio legis** ou a postergação da produção de efeitos será prevista nos atos normativos:

I - de maior repercussão;

II - que demandem tempo para esclarecimentos ou exijam medidas de adaptação pela população;

III - que exijam medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado; ou

IV - em que não convenha a produção de efeitos antes da edição de ato normativo inferior ainda não publicado.

Art. 21. Na hipótese de **vacatio legis**, a cláusula de vigência terá a seguinte redação:

I - “Esta Lei entra em vigor [número cardinal por extenso] dias após a data de sua publicação”;

II - “Esta Lei entra em vigor no [número ordinal por extenso] dia do [número ordinal por extenso] mês após a data de sua publicação”;

III - “Este Decreto entra em vigor em [data por extenso]”.

§ 1º Para estabelecer a **vacatio legis**, serão considerados:

I - o prazo necessário para amplo conhecimento pelos destinatários;

II - o tempo necessário à adaptação da administração pública e dos particulares aos novos procedimentos, regras e exigências; e

III - o período do mês, do ano ou da semana mais adequado para a adaptação às novas regras.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, o primeiro dia do mês será utilizado, preferencialmente, como data de entrada em vigor de atos normativos.

§ 3º Para a data de entrada em vigor de atos normativos que tratem de organização administrativa, serão priorizados os dias úteis.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIA PARA PROPOR E EXAMINAR PROPOSTAS DE ATOS NORMATIVOS

Competência para propor

Art. 22. Incumbe aos Ministros de Estado a proposição de atos normativos, conforme as áreas de competências dos órgãos.

(...)

20. Assim, deve a minuta de Resolução sob análise estar em consonância com as normas do Decreto nº 9.191/2017 suso transcrito e demais normas aplicáveis à espécie.

21. Cumpre observar, apenas, para efeitos de maior clareza e precisão, que o art. 1º da minuta sob análise deve, s.m.j., delimitar melhor o objeto da presente resolução.

22. Parece-me que a disposição “**Estabelecer os procedimentos para o recebimento, pelo CNRH, de recursos administrativos referentes a conflitos relacionados aos recursos hídricos**”, encontra-se muito vaga.

23. Tais recursos administrativos a que se refere tal dispositivo seriam aqueles relacionados a “conflitos existentes entre conselhos estaduais de recursos hídricos”, de que trata o inciso III do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019?

24. Por outro lado, o dispositivo se refere a recursos referentes a “**conflitos** relacionados a recursos hídricos”. Não poderia haver, em casos concretos, recursos relacionados a apenas decisões do CNRH? E, nestes casos, não haveria recebimento de tais recursos?

25. Entendemos, assim, que seria de bom alvitre que a área técnica procurasse objetivar melhor o objeto dos recursos administrativos, de forma a não deixar qualquer dúvida sobre a matéria.

26. Dessa maneira, sugerimos, com base nas competências do CNRH previstas, notadamente, no Decreto nº 10.000, de 2019, a seguinte redação para o art. 1º:

“Art. 1º - Estabelecer o procedimento recursal referente a decisões dos comitês de bacias hidrográficas e dos conselhos estaduais de recursos hídricos”.

27. Entendemos que com esta redação, não somente retiraria a restrição que se encontra na expressão “estabelecer os procedimentos para o recebimento” (já que não se trata apenas de recebimento do recurso, mas, também de todo o seu processamento e julgamento), como também indicaria as decisões que poderão ser objeto dos recursos, conforme a legislação aplicável à espécie.

28. Nesse sentido, também a ementa da Resolução deveria passar a constar, s.m.j., da seguinte forma:

II.4.1 - Da observância da Lei nº 9.784/99

29. Um outro aspecto a ser observado é a consonância dos termos da minuta de resolução sob análise com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, já que a mesma regula justamente o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

30. Entendemos, assim, considerando que se trata de recursos em face de decisões proferidas por órgãos hierarquicamente inferiores (decisões dos comitês de bacias hidrográficas e dos Conselhos estaduais de recursos hídricos), que um dos dispositivos a ser observado é o art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, **verbis**:

"Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º **O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão**, a qual, **se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.**" (destacamos).

31. Ou seja, em primeiro lugar, o recorrente deverá propor o recurso perante o próprio comitê de bacias hidrográficas ou Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cuja autoridade, se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará tal recurso ao CNRH.

32. Nesse sentido, está a nos parecer que o art. 2º da minuta sob exame também deverá ser alterada, de forma a contemplar o procedimento previsto na Lei nº 9.784/99.

33. Outro dispositivo a ser observado é o art. 59 e seus parágrafos, do mesmo diploma legal:

"Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de **dez dias** o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo **deverá ser decidido** no prazo máximo de **trinta dias**, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita."

34. Assim, talvez, a melhor redação a ser dada ao artº 2º seria a seguinte:

"Art. 2º O recurso deverá ser encaminhado à autoridade final que proferiu a decisão no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à Secretaria Executiva do CNRH.

Parágrafo único. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

35. Também o art. 3º da minuta deveria, por consequência, sofrer adaptação, passando a constar da seguinte forma:

"Art. 3º O recurso deverá estar acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos: (...)".

36. Outro ponto a ser destacado é o que se refere aos prazos fixados na minuta de resolução sob análise, os quais se nos apresentam bastante extensos, s.m.j.

37. Veja que os §§ 7º e 8º do art. 5º da minuta assim dispõem, **verbis**:

"Art. 5º (...)

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do caput e a CTAL terão, respectivamente, **45 dias** e **60 dias** corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será interrompido caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

38. Ocorre que, em homenagem ao **princípio da duração razoável do processo**, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal ("A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação), o art. 59, **caput**, e § 1º, da Lei nº 9.784/99, assim dispõem:

"Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o **recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias**, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita”.

39. Como se vê, o prazo máximo para decisão do recurso administrativo não pode exceder o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa explícita. Assim, deve, a Administração observar tal limite máximo, quando da estipulação de prazos específicos no tramite processual, de forma a não frustrar o limite máximo de 30 dias estabelecido.

40. Também o § 8º do art. 5º da minuta sob exame prevê que “o prazo da CTAL será interrompido caso seja feita a solicitação prevista no § 5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada”.

41. Sobre a questão, vale observar que, considerando que o prazo “voltará a correr”, não seria hipótese de interrupção do prazo, já que neste caso, o prazo se inicia novamente. Ou seja, no caso, seria hipótese de “suspensão” e não de “interrupção”; razão pela qual sugere que em vez de constar “interrompido”, passe a constar “suspensão”, no referido dispositivo.

42. Outro item importante a ser observado é que estamos a tratar de “recurso”, ou seja, nesta fase, perante o CNRH, o processo administrativo já se formou, estando, apenas na **fase recursal**, s.m.j.

43. Nesse sentido, parece-nos inapropriada a redação do art. 4º da minuta sob exame, que dispõe: “Preenchidos os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará os envolvidos a instauração do processo administrativo”.

44. Ora, na verdade, o processo administrativo já fora instaurado, s.m.j., nas instâncias inferiores, e não no âmbito do CNRH.

45. Penso até, que deve ser da competência da instância inferior – que deverá receber, inicialmente o recurso, e, inclusive, poder reconsiderar de sua decisão, conforme abordado no item 34, desta peça – notificar a outra parte interessada – se houver – para se manifestar; o que tornará mais célere o processo recursal no âmbito do CNRH.

46. Desse modo, deve o órgão consultante, rever a redação do art. 4º da minuta sob exame, já que tal providência, s.m.j., deve ser tomada antes do envio dos autos ao CNRH.

47. Deve-se observar, ainda, que o prazo estabelecido no art. 4º, § 1º, ou seja, o prazo de 30 dias para que a outra parte interessada se manifeste, se nos apresenta bastante extenso; ressaltando que o prazo de 15 (quinze) dias é o mais razoável e utilizado nos casos da espécie.

48. Deve-se, ainda, objetivar melhor o enunciado constante do art. 7º da minuta de resolução que apenas dispõe que “No processo de análise e discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos envolvidos”.

49. Veja que o direito à ampla defesa e ao contraditório não pode chegar ao ponto de se comprometer outro princípio basilar do processo administrativo, que é o da sua duração razoável.

50. Assim, considerando que os envolvidos já tiveram a oportunidade de se manifestarem em oportunidades anteriores, sugerimos que seja estipulado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que as partes envolvidas voltem a se pronunciar nas câmaras técnicas e na fase final de decisão do Plenário do CNRH.

51. Cabe observar, por fim, que não logramos verificar nenhuma incongruência dos termos da minuta sob análise com a Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, que aprova o Regimento Interno do CNRH.

52. No mais, nenhuma observação temos a fazer.

III. CONCLUSÃO

53. **Ante o exposto**, examinando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais, e destacando-se o caráter meramente opinativo deste Parecer, entende-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que cumpridas as recomendações expostas nos itens **20 a 51**, deste Parecer.

54. Por fim, sugere-se, ao final, o encaminhamento do processo à Secretária Nacional de Segurança Hídrica, para conhecimento e providências que entender cabíveis.

À consideração superior.

[1] In Curso de Direito Administrativo, 2ª edição, Ed. Saraiva, p. 217.

[2] Op. Cit., p. 217.

À consideração superior.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

PAULO ÁLVARES BABILÔNIA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023398202138 e da chave de acesso e0747f2f

Documento assinado eletronicamente por PAULO ALVARES BABILONIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 808516025 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO ALVARES BABILONIA. Data e Hora: 02-02-2022 19:27. Número de Série: 30630388273907726973688853955. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por BRUNO VELOSO MAFFIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 808516025 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO VELOSO MAFFIA. Data e Hora: 04-02-2022 17:15. Número de Série: 17199241. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS HÍDRICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 828, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 00240/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023398/2021-38

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - MDR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

1. Encontro-me de acordo com os termos do PARECER n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU, da lavra do Dr. Paulo Álvares Babilônia, proferido nos autos do processo em epígrafe.

2. À consideração do Sr. Consultor Jurídico Substituto. Após, sugere-se a restituição do processo à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, conforme proposto.

Brasília, 03 de fevereiro de 2022.

Atenciosamente,

SÉRGIO MELO GUIMARÃES
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS HÍDRICOS SUBSTITUTO
(CONF. DELEGAÇÃO PREV. NA PORTARIA Nº 001/2019/CONJUR-MDR/CGU/AGU, de 05.02.2019)

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023398202138 e da chave de acesso e0747f2f

Documento assinado eletronicamente por SERGIO MELO GUIMARAES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 813232567 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO MELO GUIMARAES. Data e Hora: 03-02-2022 11:53. Número de Série: 17326372. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por BRUNO VELOSO MAFFIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 813232567 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO VELOSO MAFFIA. Data e Hora: 04-02-2022 17:15. Número de Série: 17199241. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GABINETE DO CONSULTOR JURÍDICO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 826, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5969/5979 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 00273/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023398/2021-38

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - MDR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

De acordo com o Despacho n. 00240/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU, que aprovou o Parecer n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU.

À Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo para fins de posterior restituição dos autos à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, conforme proposto.

Brasília, 04 de fevereiro de 2022.

BRUNO VELOSO MAFFIA
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023398202138 e da chave de acesso e0747f2f

Documento assinado eletronicamente por BRUNO VELOSO MAFFIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 814623513 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO VELOSO MAFFIA. Data e Hora: 04-02-2022 17:15. Número de Série: 17199241. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

15ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 24 de maio (das 14h30 às 18h00)

Link de acesso à reunião: [Clique para ingressar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Aprovação da memória das 13ª e 14ª Reunião da CTAL.
3. Análise e adequação da proposta de Resolução que “Estabelece procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo CNRH”, considerando as recomendações do Parecer Jurídico n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU. Processo 59000.023398/2021-38.
4. Apresentação do Anexo normativo do Plano Nacional de Recursos Hídricos, [PNRH 2022-2040](#), focando nas metas atribuídas à CTAL, com vistas à elaboração da agenda de trabalho. Por representante do Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Apresentação do Relatório do GT-Revisão da Resolução CNRH 05/2000, pelo Coordenador do GT, e manifestação da CTAL acerca do encaminhamento proposto.
6. Informe sobre o andamento das atividades dos GT-Escassez Hídrica.
7. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Parecer nº 3/2022/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.023398/2021-38

Interessado: CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Assunto: **Proposta de Resolução CNRH que " Estabelece procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ".**

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que " Estabelece procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ".

2. Conforme apontado na Nota Técnica nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR, a resolução faz-se necessária visto que o CNRH ainda não possui um procedimento definido para receber este tipo de demanda, o que gerou certa morosidade no andamento do recurso interposto pela ABRAGE - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica e a ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGE/ABRAGEL nº 01/2018 - SEI [3033778](#)).

3. Neste sentido, o disciplinamento do rito para entrar com recurso no CNRH foi debatido por ocasião das 11ª e 12ª Reunião da CTAL, que, a partir de minuta elaborada pela Secretaria-executiva do CNRH, realizou contribuições na redação apresentada. O documento consolidado foi submetido à Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, para que analisasse se a minuta estava coerente quanto ao procedimento e se o normativo é juridicamente adequado, principalmente quanto às competências previstas pelas normas legais que regem o CNRH.

4. A matéria foi novamente apreciada por esta Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL, para avaliação da redação da respectiva minuta de resolução do CNRH, em conformidade com a manifestação jurídica, constante do PARECER n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3586609).

II - SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

5. Considerando as competências dadas pelo Decreto nº 10.000, de 2019, para *"analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das*

matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 15ª Reunião realizada por meio virtual, em 24ª de maio de 2021, avaliou a minuta de resolução e a documentação que a subsidia.

6. Nesta ocasião, previamente a avaliação da proposta, foram apresentadas algumas referências sobre o tema, quanto a origem da demanda, desdobramentos principais e assuntos já debatidos no âmbito da CTAL.

7. Na sequência foi promovida a avaliação dos termos contidos no Parecer Jurídico proferido pela Conjur/MDR.

8. No exame do assunto, a Conjur/MDR manifestou-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que observadas as recomendações expostas nos itens 20 a 51 do Parecer. Concluiu, ainda, que não se verificou nenhuma incongruência dos termos da minuta sob análise com a Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, que aprova o Regimento Interno do CNRH.

9. Considerando as ressalvas e orientações do referido Parecer Jurídico, os membros da CTAL, após longo debate sobre o assunto, adequaram a redação inicialmente proposta.

10. Assim, estão listadas abaixo as recomendações, providências e justificativas técnicas pertinentes aos itens do Parecer n. n. 00029/2022/CONJURMDR/CGU/AGU.

11. Em relação ao art. 1ª e a ementa, manifestou-se a Conjur/MDR em seu parecer supracitado:

(...)

II.4- Dos termos das Minutas sob análise

(...)

18. No que se refere aos termos da minuta em questão, vale observar que, em se tratando de elaboração de ato normativo não só as normas constitucionais são de observância obrigatória, mas também a Lei Complementar nº 95/1998, bem como o Decreto nº 9.191/2017, os quais estabelecem normas e diretrizes para a elaboração de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal.

20. Assim, deve a minuta de Resolução sob análise estar em consonância com as normas do Decreto nº 9.191/2017 suso transcrito e demais normas aplicáveis à espécie.

21. Cumpre observar, apenas, para efeitos de maior clareza e precisão, que o art. 1º da minuta sob análise deve, s.m.j., delimitar melhor o objeto da presente resolução.

22. Parece-me que a disposição “**Estabelecer os procedimentos para o recebimento, pelo CNRH, de recursos administrativos referentes a conflitos relacionados aos recursos hídricos**”, encontra-se muito vaga.

23. Tais recursos administrativos a que se refere tal dispositivo seriam aqueles relacionados a “conflitos existentes entre conselhos estaduais de recursos hídricos”, de que trata o inciso III do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019?

24. Por outro lado, o dispositivo se refere a recursos referentes a “conflitos relacionados a recursos hídricos”. Não poderia haver, em casos concretos, recursos relacionados a apenas decisões do CNRH? E, nestes casos, não haveria recebimento de tais recursos?

25. Entendemos, assim, que seria de bom alvitre que a área técnica procurasse objetivar melhor o objeto dos recursos administrativos, de forma a não deixar qualquer dúvida sobre a matéria.

26. Dessa maneira, sugerimos, com base nas competências do CNRH previstas, notadamente, no Decreto nº 10.000, de 2019, a seguinte redação para o art. 1º:

“Art. 1º - Estabelecer o procedimento recursal referente a

decisões dos comitês de bacias hidrográficas e dos conselhos estaduais de recursos hídricos”.

27. Entendemos que com esta redação, não somente retiraria a restrição que se encontra na expressão “estabelecer os procedimentos para o recebimento” (já que não se trata apenas de recebimento do recurso, mas, também de todo o seu processamento e julgamento), como também indicaria as decisões que poderão ser objeto dos recursos, conforme a legislação aplicável à espécie.

28. Nesse sentido, também a ementa da Resolução deveria passar a constar, s.m.j, da seguinte forma:

“Estabelece o procedimento administrativo recursal no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH”.

12. Considerando o exposto nos itens 20 a 28, a CTAL adequou o objeto da resolução de forma a constar que o recurso a que se refere é aquele constante do parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433/1997. Esta delimitação se justifica pelo fato de o Conselho já possuir norma que trata dos procedimentos para o arbitramento de conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, nos termos do inciso II do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, constante da [Resolução CNRH nº 93, de 05 de novembro de 2008](#).

13. Neste sentido, atendo-se exclusivamente nas competências do CNRH no que se refere a recurso, dada pela Lei 9.433/1997, no parágrafo único do art. 38, a CTAL aprovou a seguinte redação para o artigo primeiro e para a ementa da norma proposta.

“Art. 1º Estabelecer procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997”.

Ementa: “Estabelece procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997”.

14. Em relação ao art. 2º da norma proposta, o parecer jurídico traz as seguintes manifestações:

II.4.1 - Da observância da Lei nº 9.784/99

29. Um outro aspecto a ser observado é a consonância dos termos da minuta de resolução sob análise com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, já que a mesma regula justamente o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

30. Entendemos, assim, considerando que se trata de recursos em face de decisões proferidas por órgãos hierarquicamente inferiores (decisões dos comitês de bacias hidrográficas e dos Conselhos estaduais de recursos hídricos), que um dos dispositivos a ser observado é o art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, **verbis**:

“Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º **O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão**, a qual, **se não a reconsiderar no prazo de cinco dias**, o encaminhará à autoridade superior.” (destacamos).

31. Ou seja, em primeiro lugar, o recorrente deverá propor o recurso perante o próprio comitê de bacias hidrográficas ou Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cuja autoridade, se não reconsiderar da decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias, encaminharia tal recurso ao CNRH.

32. Nesse sentido, está a nos parecer que o art. 2º da minuta sob exame também deverá ser alterada, de forma a contemplar o procedimento previsto na Lei nº 9.784/99.

33. Outro dispositivo a ser observado é o art. 59 e seus parágrafos, do mesmo diploma legal:

“Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de **dez dias** o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo **deverá ser decidido** no prazo máximo de **trinta dias**, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.”

34. Assim, talvez, a melhor redação a ser dada ao artº 2º seria a seguinte:

“Art. 2º O recurso deverá ser encaminhado à autoridade final que proferiu a decisão no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à Secretaria Executiva do CNRH.

Parágrafo único. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

35. Também o art. 3º da minuta deveria, por consequência, sofrer adaptação, passando a constar da seguinte forma:

“Art. 3º O recurso deverá estar acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos: (...)”.

15. O debate sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.784/99 na proposta de resolução trouxe muitas reflexões. No entendimento dos membros da CTAL, os colegiados previstos na Lei 9.433/1997, possuem dinâmicas e procedimentos internos próprios, que inviabilizam a adoção de prazos empregados no âmbito da Administração Pública Federal.

16. Como exemplo, destaca-se a necessidade dos representantes das várias instituições representadas no CNRH, realizarem articulações internas para subsidiar seus posicionamentos. Para tanto são previstos prazos regimentais mínimos a serem observados nas convocação de reuniões das câmaras técnicas, seus grupos de trabalho e próprio plenário do CNRH, inviabilizando deliberações nos prazos previstos na Lei nº 9.784/99.

17. Citando o trecho da publicação Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? Agência Nacional de Águas, 2011, [Link](#).

"Uma das atribuições comitês é estabelecer um conjunto de mecanismos e de regras, decididas coletivamente, de forma que os diferentes interesses sobre os usos da água na bacia sejam discutidos e negociados democraticamente em ambiente público, com transparência no processo decisório, buscando prevenir e dirimir conflitos.

Caso os conflitos não consigam ser evitados, é também o comitê que atua como árbitro, em uma primeira instância administrativa. Quem decide sobre o conflito é o “coletivo”, conforme as regras definidas no regimento interno do comitê.

Ou seja, partindo de uma base técnica de avaliação do conflito, é realizada a avaliação política pelo comitê. De forma pública, transparente e democrática.

Essas decisões, no entanto, podem ser revistas pelo próprio comitê, ou recorrendo-se aos conselhos de recursos hídricos, em última instância administrativa, conforme o domínio das águas em disputa."

18. Considerando que em primeira instância o recurso deverá ser interposto ao Comitê de Bacia Hidrográfica, uma decisão proferida pelo plenário desse comitê só pode ser avaliada por uma outra reunião plenária. Assim, em função da singularidade dos Colegiados que integram o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, a CTAL entendeu que os prazos previstos na Lei nº 9.784/99 são

inexequíveis. Bem como, avaliou-se que em razão do dispositivo contido na parágrafo unico do Art. 38 da Lei 9.433/1997, não seria cabível que a Resolução determinar esta nova competência aos Comitês de Bacia receber o recurso e encaminhar a Secretaria-Executiva do CNRH.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

19. Dado este contexto, considerando que o recurso perante o CNRH será cabível após encerradas todas as instâncias de discussão e, findadas todas as interpelações, recursos e, pedidos de reconsideração no âmbito da autoridade que proferiu a decisão, nos casos previstos no parágrafo único do art. 38. Lei nº 9.433/97, a CTAL entendeu por manter a redação original dos artigos 2º e 3º, não fixando um prazo conforme recomendado pela Conjur, sendo assim de competência do requerente o protocolo junto ao CNRH, acompanhado dos documentos e fundamentos.

Art. 2º O recurso deverá ser encaminhado ao CNRH em até trinta dias contados da divulgação oficial da decisão recorrida.

Art. 3º O recurso deverá ser protocolizado na Secretaria Executiva do CNRH acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

I - descrição dos fatos e fundamentos objeto do pedido de reexame;

II - apresentação de cópia do recurso que foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão; e

III - apresentação de cópia do processo administrativo que originou a decisão recorrida, contendo todos os documentos necessários para a análise e deliberação pelo plenário.

§ 1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, solicitará ao requerente que complemente a documentação no prazo de quinze dias úteis.

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no §1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH enviará o processo à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL informando qual requisito não foi atendido.

20. Ainda sobre os prazos estipulados na proposta de resolução, constantes do art. 5, a Conjur tece as seguintes posições:

36. Outro ponto a ser destacado é o que se refere aos prazos fixados na minuta de resolução sob análise, os quais se nos apresentam bastante extensos, s.m.j.

37. Veja que os §§ 7º e 8º do art. 5º da minuta assim dispõem, **verbis**:

“Art. 5º (...)

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do caput e a CTAL terão, respectivamente, **45 dias e 60 dias** corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será interrompido caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

38. Ocorre que, em homenagem ao **princípio da duração razoável do processo**, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal (“A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”), o art. 59, **caput**, e § 1º, da Lei nº 9.784/99, assim dispõe:

“Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando **a lei** não fixar prazo diferente, o **recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias**, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita”.

39. Como se vê, o prazo máximo para decisão do recurso administrativo não pode exceder o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa explícita. Assim, deve, a Administração observar tal limite máximo, quando da estipulação de prazos específicos no tramite processual, de forma a não frustrar o limite máximo de 30 dias estabelecido.

40. Também o § 8º do art. 5º da minuta sob exame prevê que “o prazo da CTAL será interrompido caso seja feita a solicitação prevista no § 5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada”.

41. Sobre a questão, vale observar que, considerando que o prazo “voltará a correr”, não seria hipótese de interrupção do prazo, já que neste caso, o prazo se inicia novamente. Ou seja, no caso, seria hipótese de “suspensão” e não de “interrupção”; razão pela qual sugere que em vez de constar “interrompido”, passe a constar “suspensão”, no referido dispositivo.

21. Acerca deste pontos levantados, em complemento aos elementos já trazidos neste parecer, justifica-se que o regimento interno do CNRH prevê os prazos de convocação das reuniões das Câmaras Técnicas (20 dias) e das reuniões ordinárias (30 dias) e extraordinárias (15 dias) do Conselho. Considerando a tramitação que deve ocorrer nestas instâncias é que foi construído um fluxo factível de ser atendido, visando ao melhor debate e a melhor resposta ao requerente para o recurso interposto.

22. Assim, a CTAL recomendou manter a redação original do § 7º.

23. Em relação ao §º 8º do art. 5º, houve concordância quanto a substituição do termo “interrompido”, para “suspensão”, no referido dispositivo, conforme recomendado pela Conjur nos itens 40 e 41.

24. Sobre o art. 4 da redação proposta, no parecer jurídico tem-se a seguinte manifestação:

42. Outro item importante a ser observado é que estamos a tratar de “recurso”, ou seja, nesta fase, perante o CNRH, o processo administrativo já se formou, estando, apenas na **fase recursal**, s.m.j.

43. Nesse sentido, **parece-nos inapropriada a redação do art. 4º da minuta sob exame**, que dispõe: “Preenchidos os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará os envolvidos a instauração do processo administrativo”.

44. Ora, na verdade, o processo administrativo já fora instaurado, s.m.j., nas instâncias inferiores, e não no âmbito do CNRH.

45. Penso até, que deve ser da competência da instância inferior – que deverá receber, inicialmente o recurso, e, inclusive, poder reconsiderar de sua decisão, conforme abordado no item 34, desta peça – notificar a outra parte interessada – se houver – para se manifestar; o que tornará mais célere o processo recursal no âmbito do CNRH.

46. Desse modo, deve o órgão consultante, rever a redação do art. 4º da minuta sob exame, já que tal providência, s.m.j., deve ser tomada antes do envio dos autos ao CNRH.

47. Deve-se observar, ainda, que o prazo estabelecido no art. 4º, § 1º, ou seja, o prazo de 30 dias para que a outra parte interessada se manifeste, se nos apresenta bastante extenso; ressaltando que o prazo de 15 (quinze) dias é o mais razoável e utilizado nos casos da espécie.

25. Também neste artigo a CTAL manifestou pela manutenção dos dispositivos previstos no artigo 4º, tendo em vista a independência do processo administrativo gerido no âmbito do Comitê de Bacia, sendo necessário que no âmbito da Secretaria Executiva do CNRH, desempenhada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, seja instaurado procedimento próprio, via SEI, para recepcionar documentos protocolizados. Sendo atendido os pressupostos documentais previstos no art. 3º se dará a comunicação aos envolvidos, incluindo o próprio CNRH.

26. Por fim, a Conjur solicita objetivar melhor o enunciado constante do art. 7º da minuta de resolução.

48. Deve-se, ainda, objetivar melhor o enunciado constante do art. 7º da minuta de resolução que apenas dispõe que “No processo de análise e discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos envolvidos”.

49. Veja que o direito à ampla defesa e ao contraditório não pode chegar ao ponto de se comprometer outro princípio basilar do processo administrativo, que é o da sua duração razoável.

50. Assim, considerando que os envolvidos já tiveram a oportunidade de se manifestarem em oportunidades anteriores, sugerimos que seja estipulado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que as partes envolvidas voltem a se pronunciar nas câmaras técnicas e na fase final de decisão do Plenário do CNRH.

27. Em atendimento ao solicitado, foi proposta a adequação ao artigo, de modo a deixar claro que a manifestação se dará no âmbito das reuniões nas diferentes instâncias em que o recurso for apreciado, sendo, portanto, na forma de sustentação oral, uma vez que a documentação requerida já foi solicitada e apresentada previamente.

Art. 7º No processo de apreciação e de discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de sustentação oral aos representantes legais dos envolvidos.

28. Ao longo da análise a CTAL também ajustou a redação do § 5º do art. 5º, de forma a deixar claro que em se tratando de assunto que envolva questão de mérito, ou seja, que não se trate de matéria legal ou jurídica, a comissão formada no âmbito da CTAL solicitará manifestação da Câmara Técnica competente para analisar a matéria.

Art. 5º Cabe à CTAL analisar o recurso e emitir parecer para subsidiar a decisão do plenário.

(...)

§ 5º A comissão de relatoria, caso verifique não se tratar de matéria legal ou jurídica, solicitará manifestação da Câmara Técnica competente para analisar a matéria.

29. Realizada a análise e estando presentes a motivação, a forma e a competência do ato, a CTAL opinou pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

III - CONCLUSÃO

30. Ante o exposto, a CTAL, por unanimidade, aprovou a Proposta de Resolução CNRH que **“Estabelece procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”**, apresentada no ANEXO deste parecer e, com fundamento no Decreto nº 10.000, de 2019, recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação.

ROSELI DOS SANTOS SOUZA

Relatora da Câmara Técnica de Assuntos Legais

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais

ANEXO

RESOLUÇÃO CNRH N º , DE DE DE 2020.

(PROPOSTA)

Estabelece procedimentos para deliberação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências dadas pelo parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, observado o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e a Lei nº 9.784/98 que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 2º O recurso deverá ser encaminhado ao CNRH em até trinta dias contados da divulgação oficial da decisão recorrida.

Art. 3º O recurso deverá ser protocolizado na Secretaria Executiva do CNRH acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e

devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

I - descrição dos fatos e fundamentos objeto do pedido de reexame;

II - apresentação de cópia do recurso que foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão; e

III - apresentação de cópia do processo administrativo que originou a decisão recorrida, contendo todos os documentos necessários para a análise e deliberação pelo plenário.

§ 1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, solicitará ao requerente que complemente a documentação no prazo de quinze dias úteis.

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no §1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH enviará o processo à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL informando qual requisito não foi atendido.

Art. 4º Preenchidos os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará os envolvidos a instauração do processo administrativo.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada pelo requerente e estabelecerá o prazo de trinta dias corridos para que o demandado se manifeste sobre o objeto do recurso.

§ 2º Após o recebimento da manifestação prevista no §1º deste artigo, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhará o recurso e os documentos correspondentes para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL.

Art. 5º Cabe à CTAL analisar o recurso e emitir parecer para subsidiar a decisão do plenário.

§ 1º Caso entenda que o procedimento não atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL deverá encaminhar o feito ao plenário, acompanhado de parecer devidamente fundamentado, sugerindo o arquivamento do procedimento.

§ 2º Caso entenda que o procedimento atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL designará uma comissão de relatoria composta por três de seus membros, de segmentos distintos, desde que não seja o(os) diretamente envolvido(s).

§ 3º A comissão de relatoria será escolhida por voto da maioria simples dos membros da CTAL.

§ 4º Entendendo estar devidamente instruído o processo a comissão de relatoria irá elaborar e submeter seu parecer para apreciação dos membros da CTAL.

§ 5º A comissão de relatoria, caso verifique não se tratar de matéria legal ou jurídica, solicitará manifestação da Câmara Técnica competente para analisar a matéria.

§ 6º Na hipótese do § 5º, após emitido o parecer pela câmara técnica competente, o processo retornará a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL para apreciação e elaboração do parecer da comissão de relatoria.

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do *caput* e a CTAL terão, respectivamente, 45 dias e 60 dias corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será suspenso caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

Art. 6º Com fundamento no parecer da CTAL, bem como nas manifestações apresentadas pelos envolvidos, o Plenário do CNRH irá deliberar sobre o objeto do recurso.

Art. 7º No processo de apreciação e de discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de sustentação oral aos representantes legais dos envolvidos.

Art. 8º A deliberação pelo CNRH constitui decisão final, no âmbito administrativo, sobre o recurso.

Art. 9º Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Resolução, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente do CNRH

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**, **Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 30/05/2022, às 18:21, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza**, **Relator(a)**, em 30/05/2022, às 18:57, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3771225** e o código CRC **7BB75B28**.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

PROCESSO Nº 59000.023398/2021-38

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de pedido de manifestação jurídica acerca da proposta de Resolução que estabelece os ritos de recebimento de recursos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no inciso XI do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e no inciso XII do art. 1º do Regimento Interno do CNRH, aprovado pela resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020.

2. REFERÊNCIAS

2.1. [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#) - institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

2.2. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#) - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

2.3. [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#) - Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

2.4. [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#) - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

3. ANÁLISE

3.1. Trata-se de proposta de Resolução que estabelece os ritos de recebimento de recursos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no inciso XI do art. 1º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e no inciso XII do art. 1º do Regimento Interno do CNRH, aprovado pela resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020.

3.2. Conforme justificado na Nota Técnica 3 (3559056) a resolução faz-se necessária visto que o CNRH ainda não possui um procedimento definido para receber este tipo de demanda, o que gerou certa morosidade no andamento do recurso interposto pela ABRAGE - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica e a ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGE/ABRAGEL nº 01/2018 – SEI 3033778). Conforme relatado no processo 59000.010394/2020-17 o CNRH enfrentou algumas incertezas e dúvidas ao lidar com o recebimento do pedido de recurso, visto que tal situação era nova e não existia um procedimento a ser seguido. Por esta razão foi solicitado à CONJUR

auxílio quanto ao recebimento e eventual solução do mérito. Diante desta requisição a CONJUR se manifestou através do parecer n. 00118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (SEI 3074015) onde analisou a competência do CNRH, a tempestividade do recurso e a possibilidade de receber o recurso como Direito de Petição. Também informou que a CONJUR só poderia fazer a análise de um eventual ato normativo à luz de uma minuta já elaborada, como explica o item 9 do referido parecer:

"9. As outras questões levantadas na Nota Técnica, como os efeitos de eventual decisão de mérito do CNRH acerca da Deliberação nº 88 do CBH Paranaíba e a competência da Secretaria-Executiva do CNRH para definir a tramitação de recursos no âmbito da CNRH, não serão aqui analisadas. Primeiro porque a eventual análise de mérito compete ao CNRH, devendo a CONJUR se manifestar no caso de dúvidas jurídicas submetidas expressamente acerca de determinadas questões. Depois porque a análise jurídica de atos normativos (no caso, para tratar de recursos) deve ser feita à luz de uma minuta já elaborada."

3.3. Neste sentido, o disciplinamento do rito para entrar com recurso no CNRH foi debatido por ocasião das 11ª e 12ª Reunião da CTAL, que, a partir de minuta elaborada pela Secretaria-executiva do CNRH, realizou contribuições na redação apresentada. O documento consolidado foi submetido à Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que se manifestou por meio do Parecer - Jurídico n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3586609). Registra-se que a Conj/MDR manifestou-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que observadas as recomendações expostas nos itens 20 a 51 do referido Parecer.

3.4. A matéria foi novamente apreciada por esta Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL, para avaliação da redação da respectiva minuta de resolução do CNRH, em conformidade com a manifestação jurídica, constante do PARECER n. 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3586609). A CTAL se manifestou por meio do Parecer 3 (3771225) que apresenta em seu anexo a Proposta de Resolução consolidada e aprovada pela Câmara Técnica, a ser encaminhada para a Deliberação final do Plenário do Colegiado do CNRH.

3.5. Surge que esta Secretaria Executiva avaliou que o resultado da proposta de resolução aprovada pela CTAL, embora reconheça as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.784/98 que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral, estabelece prazos distintos a serem considerados no processo administrativo de recebimento de recursos administrativos encaminhados ao CNRH, considerando fundamentalmente, a dinâmica de convocação e análise das matérias pelas diversas instâncias do CNRH, definidos no seu Regimento Interno (Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020).

3.6. O debate sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.784/99 na proposta de resolução trouxe muitas reflexões. No entanto, os membros da CTAL avaliam que os colegiados previstos na Lei 9.433/1997 possuem dinâmicas e procedimentos internos próprios, que inviabilizam a adoção de prazos empregados no âmbito da Administração Pública Federal.

3.7. O elemento central do debate na CTAL concentrou-se na não aplicabilidade dos prazos previstos no Art. 59 da Lei nº 9.784/99. Fato é que os prazos estabelecidos, em especial para a deliberação conclusiva dos recursos conforme consta no § 1º do Art. 59, são realmente inexequíveis em um colegiado representativo formado por 37 membros de diferentes segmentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-Singreh. A deliberação do CNRH sobre qualquer matéria em análise deve sempre proporcionar a ampla

participação de seus membros e conhecimento prévio das documentações que, por vezes, são complexas e requerem consulta e articulação entre os pares para manifestação em Planária.

3.8. Com relação ao prazo estabelecido no caput do Art. 59, esta Secretaria Executiva entende pela sua viabilidade de aplicabilidade, motivo pelo qual na emenda a ser apresentada ao Plenário, restitui para 10 dias o prazo a ser consignado no Art. 2º da Minuta de Resolução SEI (3813453), a contar da divulgação da decisão recorrida no âmbito do Comitê de Bacia. Visando assimilar preocupação dos conselheiros, na proposta de emenda constante do Art. 10, menciona-se ainda a possibilidade do requerente exercer o direito de petição e definindo ainda que este deve tramitar conforme mesmo procedimento do recurso.

3.9. Neste sentido, o DRHB/MDR apresentará proposta de emenda à resolução constante no anexo do Parecer 3 (3771225) na próxima reunião do CNRH, **a ser realizada no dia 29 de junho de 2022**, fazendo os ajustes textuais para adequação dos prazos que consideramos factíveis pelas instâncias do CNRH (a exemplo do disposto no art. 2º) e, por outro lado, reafirmar prazos de análises factuais que possibilitem a deliberação conclusiva do Colegiado (conforme disposto no § 7º do art. 5º), incluindo dispositivos complementares.

3.10. Ressaltamos que a definição dos prazos, conforme definido pela CTAL no Art. 5º, são bastante desafiadores, frente a complexidade da governança e dinâmica do colegiado, conforme esclarecido no item 3.6 e 3.7 desta Nota.

3.11. Por fim, tendo em vista necessidade de compatibilizar a Resolução a ser aprovada com as questões de ordem jurídica, e reconhecendo as peculiaridades do CNRH, incorporamos algumas sugestões de ajustes a serem apresentadas por meio de emenda do MDR à proposta que será submetida ao Plenário. Tais alterações constam marcadas em vermelho na Minuta de Resolução SEI (3813453) e solicitamos avaliação da CONJUR quanto a sugestão de outros ajustes cabíveis, para incorporar as peculiaridades manifestadas pela CTAL.

4. CONCLUSÃO

4.1. Trata-se de consulta jurídica sobre a minuta de resolução sobre o procedimento para recebimento de recursos administrativos pelo CNRH, constante no anexo do Parecer 3 (3771225), aprovada pela CTAL, assim como proposta de emenda a ser apresentada pelo MDR conforme consta da Minuta de Resolução SEI (3813453).

4.2. A minuta foi ajustada para atender às solicitações e sugestões feitas pelos membros da CTAL, buscando refletir o procedimento e peculiaridades de tramitação de matérias no CNRH. Solicita-se o auxílio da CONJUR para analisar se a minuta é clara e coerente quanto ao procedimento que se pretende normatizar, principalmente quanto às competências previstas pelas normas legais que regem o CNRH.

4.3. Desta forma solicitamos avaliação de sugestões complementares a serem incorporadas na proposta de emenda a ser submetido na reunião Plenária do dia 29 de junho de 2022.

À Consideração Superior,

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA
Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Encaminha-se à Conjur/MDR.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR
Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Relator(a)**, em 23/06/2022, às 21:14, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 23/06/2022, às 21:19, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3812829** e o código CRC **3F1EF624**.

Referência: Processo nº 59000.023398/2021-38

SEI nº 3812829



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2022

Estabelece procedimentos para deliberação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências dadas pelo parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, observado ~~o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral, e considerando a tramitação e os prazos regimentais necessários para a tomada de decisão coletiva nas diferentes instâncias do Conselho~~, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 2º O recurso ~~de que trata o artigo anterior~~ deverá ser encaminhado ao CNRH em até ~~trinta~~ dez dias contados da divulgação oficial da decisão recorrida ~~no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica~~.

Art. 3º O recurso deverá ser protocolizado na Secretaria Executiva do CNRH acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

I - descrição dos fatos e fundamentos objeto do pedido de reexame;

II - apresentação de cópia do recurso que foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão; e

III - apresentação de cópia do processo administrativo que originou a decisão recorrida, contendo todos os documentos necessários para a análise e deliberação pelo plenário.

§ 1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH ~~solicitará ao requerente~~,

mediante despacho fundamentado, ~~solicitará~~, em até dez dias úteis a contar do protocolo, que complemente a documentação conferindo o prazo de até quinze dias úteis.

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no §1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH enviará o processo à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL informando qual requisito não foi atendido.

Art. 4º Preenchidos os requisitos previstos nos artigos 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará os envolvidos e ao CNRH a instauração do processo administrativo.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada pelo requerente e estabelecerá o prazo de trinta dias corridos para que o demandado se manifeste sobre o objeto do recurso.

§ 2º Após o recebimento da manifestação prevista no §1º deste artigo, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhará o recurso e os documentos correspondentes para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL.

Art. 5º Cabe à CTAL analisar o recurso e emitir parecer para subsidiar a decisão do plenário.

§ 1º Caso entenda que o procedimento não atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL deverá encaminhar o feito ao plenário, acompanhado de parecer devidamente fundamentado, sugerindo o arquivamento do procedimento.

§ 2º Caso entenda que o procedimento atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL designará uma comissão de relatoria composta por três de seus membros, de segmentos distintos, desde que não seja o(os) diretamente envolvido(s).

§ 3º A comissão de relatoria será escolhida por voto da maioria simples dos membros da CTAL.

§ 4º Entendendo estar devidamente instruído o processo a comissão de relatoria irá elaborar e submeter seu parecer para apreciação dos membros da CTAL.

§ 5º A comissão de relatoria, caso verifique não se tratar de matéria legal ou jurídica, solicitará manifestação da Câmara Técnica competente para analisar a matéria.

§ 6º Na hipótese do § 5º, após emitido o parecer pela câmara técnica competente, o processo retornará a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL para apreciação e elaboração do parecer da comissão de relatoria.

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do *caput* e a CTAL terão, respectivamente, 45 dias e 60 dias corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será suspenso caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

Art. 6º Com fundamento no parecer da CTAL, bem como nas manifestações apresentadas pelos envolvidos, o Plenário do CNRH irá deliberar sobre o objeto do recurso.

Art. 7º No processo de apreciação e de discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de sustentação oral aos representantes legais dos envolvidos.

Art. 8º A deliberação pelo CNRH constitui decisão final, no âmbito administrativo, sobre o recurso.

Art. 9º Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Resolução, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 10 Nos casos de exercício do direito de petição, aplicam-se as disposições previstas nos artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º desta Resolução, com as devidas adequações no nome do instrumento legal interposto.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente

Secretário Executivo



PARECER n. 00319/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023398/2021-38

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - MDR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

EMENTA:

I. Minuta de resolução a ser editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) voltada a estabelecer procedimentos para deliberação sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433/1997.

II. Exame jurídico limitado às modificações propostas na minuta, considerado o anterior Parecer nº 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU. Comentário complementar sobre o prazo para julgamento do recurso administrativo previsto no art. 59, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

III. Parecer pelo seguimento da proposta, observadas as recomendações apontadas.

Senhor Coordenador-Geral,

I. Relatório

1. A Secretaria Nacional de Segurança Hídrica encaminha, para análise e manifestação jurídica, nova minuta de resolução a ser editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH com o propósito de estabelecer procedimentos para deliberação sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433/1997 (SEI 3813453). O órgão consulente delimita o escopo da consulta nos seguintes termos:

“4.2. A minuta foi ajustada para atender às solicitações e sugestões feitas pelos membros da CTAL, buscando refletir o procedimento e peculiaridades de tramitação de matérias no CNRH. **Solicita-se o auxílio da CONJUR para analisar se a minuta é clara e coerente quanto ao procedimento que se pretende normatizar, principalmente quanto às competências previstas pelas normas legais que regem o CNRH.**

4.3. Desta forma solicitamos avaliação de sugestões complementares a serem incorporadas na proposta de emenda a ser submetido na reunião Plenária do dia 29 de junho de 2022”.

(grifou-se)

2. Instruem o processo o Parecer nº 3/2022/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH (SEI 3771225), da Câmara Técnica de Assuntos Legais do CNRH, e a Nota Técnica nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR, elaborada pela Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas (SEI 3812829).

3. Esta Consultoria Jurídica examinou a minuta anterior de ato normativo por meio do Parecer nº 00029/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU, de lavra do Dr. Paulo Álvares Babilônia, aprovado pelas instâncias competentes (seqs. 1-3, SEI 3586609).

4. Formulou-se pedido de urgência para o lançamento da manifestação jurídica.

II. Fundamentação

5. A presente manifestação cinge-se ao exame jurídico-formal da minuta apresentada, não adentrando aspectos de mérito (conveniência e oportunidade) e técnico-operacionais de atos, políticas e escolhas da administração pública, inclusive no que respeita a aspectos financeiros e orçamentários. Tais limites se justificam em razão do princípio da deferência administrativa, consubstanciado no enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU.

6. Tendo em vista o escopo da consulta e a necessidade de coerência e celeridade na atuação deste órgão consultivo, o exame não alcança as sugestões e conclusões do parecer jurídico anterior, indicado acima, restringindo-se às modificações inseridas na nova minuta. De qualquer modo, as recomendações realizadas possuem caráter não-vinculante ao gestor público, o qual pode decidir motivadamente em sentido diverso, como no presente caso.

7. A par desse aspecto, nos termos do enunciado nº 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, “[a]o Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta [...] e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas”.

8. Sem prejuízo do anterior parecer, e apenas com o objetivo de contribuir para a deliberação do CNRH a respeito do ato normativo proposto, podem ser feitas seguintes considerações complementares a respeito da discussão atinente ao prazo para julgamento do recurso administrativo, à luz do art. 59, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

9. A título de contextualização normativa, devem ser mencionados os seguintes dispositivos legais e regulamentares:

Lei nº 9.433/1997

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

[...]

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

Lei nº 9.784/1999

Art. 59. [...]

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

Decreto nº 10.000/2019

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo, integrante da Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional, ao qual compete:

[...]

XI - deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos;

Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020

Anexo

Art. 1º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional, criado pela Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com as alterações conferidas pelas Leis n. 9.984, de 17 de julho de 2000, e n. 12.334, de 20 setembro de 2010, regulamentado pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na qualidade de órgão consultivo e deliberativo, organiza-se da forma especificada neste Regimento e tem por competência:

[...]

XII - deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos;

10. Os novos documentos técnicos apresentados, referidos no relatório, justificam amplamente a inviabilidade de se adotar, no âmbito do procedimento administrativo a ser estabelecido no ato normativo proposto, o prazo definido no art. 59, § 1º, da Lei nº 9.784/1999, considerada a dinâmica de funcionamento do CNRH como colegiado e de suas respectivas instâncias instrutórias e decisórias.

11. Embora não se possa afastar completamente a preocupação indicada no anterior parecer jurídico, tendo em vista a literalidade do § 1º do art. 59 da Lei nº 9.784/1999 (“Quando a lei não fixar prazo diferente [...]”), devem ser ponderados os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

“3. O art. 49 assinou o prazo de 30 dias para que a autoridade julgadora proferisse sua decisão; contudo, não previu a correspondente e específica penalidade pela omissão.

4. É impróprio o prazo fixado na lei apenas como parâmetro para a prática do ato. Seu desatendimento não acarreta preclusão ou punição para aquele que o descumpriu. No mesmo sentido o MS 18.555/DF, Ministro Mauro Campbell”.

(Resp nº 1.352.137, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/05/2013)

“De fato, dispõem os artigos 49, 59, §1º, e 69 da Lei nº 9784/99, respectivamente: [...]

Deve-se ter certa parcimônia na interpretação e aplicação de dispositivos legais queprevejam prazos fixos para análise de manifestações junto à Administração Pública, a considerar que casos mais complexos podem vir a exigir maiores esforços para apuração e julgamento. Assim, embora não se trata de questionar a validade dos artigos de lei transcritos acima, que estabelecem prazos para a apreciação de recursos administrativos, uma vez que tais prazos são impróprios, ou seja, aqueles fixados na lei apenas como parâmetro para a prática do ato, no qual seu desatendimento não acarreta preclusão ou punição para aquele que o descumpriu. **O cumprimento de tais prazos deve ser sopesado com as condições inerentes aos órgãos da administração pública, da peculiaridade do processo, bem como a análise, dentro da razoabilidade, do tempo decorrido sem qualquer prática do ato”.**

(AgRg no MS nº 18.555, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 06/03/2013)

“1. Conforme reiterados pronunciamentos da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, não é lícito à Administração Pública prorrogar indefinidamente a duração de seus processos, pois é direito do administrado ter seus requerimentos apreciados em tempo razoável, nos termos do art. 5º, LXXVIII, da Constituição.2. Caso em que, desde a data da interposição do recurso administrativo contra a portaria de anistia, transcorreram mais de seis anos, sem que tenha sido proferida decisão pelo Ministro de Estado da Justiça.3. Na ausência de previsão, da Lei n. 10.559/2002, de prazo para o julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos anistiados políticos, devem ser aplicados, subsidiariamente, os prazos definidos na Lei n. 9.784/1999. Precedentes”.

(Mandado de Segurança nº 13.728, Rel. Min. Marco Aurélio Belizze, Terceira Seção, DJe 08/02/2012)

12. Conforme se depreende dos julgados acima, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de que alguns dos prazos procedimentais veiculados pela Lei nº 9.784/1999, entre eles o do § 1º do art. 59, possuem natureza não-peremptória, devendo ser observadas as peculiaridades de cada órgão e respeitado, em todos os casos, o princípio da duração razoável do processo.

13. Nessa linha, o ato normativo em exame estabelece, de antemão, os prazos que serão aplicáveis aos órgãos envolvidos durante a instrução e julgamento do recurso administrativo, de modo a garantir maior previsibilidade aos administrados. Contribui, desse modo, para que a atividade do CNRH seja dotada de maior transparência e segurança jurídica, em harmonia com os princípios do art. 37, *caput*, da Constituição Federal e com o próprio espírito da Lei nº 9.784/1999.
14. **Sugere-se**, apenas, que os prazos ora fixados sejam cuidadosamente observados na prática administrativa, de modo a se reduzir o risco de eventual contestação judicial e amparar juridicamente a atividade do colegiado.
15. Feitas tais considerações complementares, passa-se à análise das alterações veiculadas na nova minuta de resolução encaminhada para análise, indicadas abaixo de maneira objetiva, tendo em vista a urgência solicitada.
16. Preâmbulo: supressão do trecho “o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública”.
17. Comentário: a mudança não possui relevância jurídica, tendo em vista que a aplicabilidade dos princípios referidos decorre da própria Constituição Federal, independentemente de menção expressa.
18. Preâmbulo: inclusão do trecho “considerando a tramitação e os prazos regimentais necessários para a tomada de decisão coletiva nas diferentes instâncias do Conselho”.
19. Comentário: a mudança não possui relevância jurídica, tendo em vista que os prazos para análise decorrem da própria legislação aplicável e devem estar dispostos na parte normativa da resolução, conforme a estrutura definida no art. 5º do Decreto nº 9.191/2017. De qualquer modo, o esclarecimento é útil, considerados os pronunciamentos do Superior Tribunal de Justiça indicados acima.
20. Art. 2º: remissão ao artigo 1º e redução do prazo para interposição do recurso, de trinta para dez dias, contados da divulgação oficial da decisão recorrida no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica.
21. Comentário: a remissão ao artigo 1º delimita adequadamente o objeto do recurso de que trata o ato normativo proposto. O prazo recursal de dez dias alinha-se ao art. 59, *caput*, da Lei nº 9.784/1999 (“Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida”).
22. Art. 3º, § 1º: especificação dos prazos para a Secretaria-Executiva do CNRH solicitar a complementação da instrução e para o recorrente realizar tal medida.
23. Comentário: a definição dos prazos mencionados mostra-se juridicamente adequada, imprimindo maior detalhamento para o procedimento recursal regulamentado pelo ato normativo.
24. Art. 4º, caput: indicação de que a Secretaria-Executiva comunicará também ao CNRH a instauração do procedimento administrativo referente ao recurso.
25. Comentário: A mudança é adequada, consideradas as atribuições da Secretaria-Executiva no âmbito do procedimento recursal. **Sugere-se**, apenas, seja realizada revisão do texto para adequar a regência verbal (“[...] comunicará aos envolvidos e ao CNRH [...]).
26. Art. 10: inclusão de artigo prevendo o exercício do direito de petição, assim como os dispositivos aplicáveis do ato normativo nesses casos.
27. Comentário: o exercício do direito petição é garantia constitucional, não havendo óbice jurídico à inclusão de artigo que o preveja. No entanto, existe o risco de que tais requerimentos sejam utilizados nas hipóteses em que o peticionário tenha descumprido algum requisito do recurso administrativo (por exemplo, perda do prazo). Por esse motivo, **sugere-se** que o órgão consulente avalie, no âmbito de sua discricionariedade administrativa, a conveniência e a oportunidade de se incluir um parágrafo único para explicitar que o direito de petição não pode ser exercido como sucedâneo do recurso administrativo eventualmente cabível. Uma possível redação a ser utilizada seria a seguinte: “Parágrafo único. A petição será indeferida caso apresentada em substituição ao recurso administrativo cabível, de que trata o art. 1º, o qual deverá observar os requisitos e procedimentos estabelecidos neste ato normativo”.

III. Conclusão

28. Ante o exposto, consideradas as balizas da nova apreciação jurídica e tendo em vista as observações acima (parágrafos 14, 25 e 27), conclui-se que a minuta de resolução atende aos pressupostos de constitucionalidade e legalidade necessários à sua edição.

À consideração superior.

Brasília, 27 de junho de 2022.

(assinado eletronicamente)
MARCELO MACIEL TORRES FILHO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023398202138 e da chave de acesso e0747f2f



Documento assinado eletronicamente por MARCELO MACIEL TORRES FILHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 921305726 e chave de acesso e0747f2f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO MACIEL TORRES FILHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-06-2022 19:40. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS URBANÍSTICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 826, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5675/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 01010/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023398/2021-38

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - MDR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

De acordo.

Sugiro aprovação e encaminhamento conforme Parecer n. 00319/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU.

À consideração da Exma. Sra. Consultora Jurídica.

Brasília, 28 de junho de 2022.

BRUNO VELOSO MAFFIA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS URBANÍSTICOS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023398202138 e da chave de acesso e0747f2f



Documento assinado eletronicamente por BRUNO VELOSO MAFFIA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 921756943 e chave de acesso e0747f2f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO VELOSO MAFFIA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 28-06-2022 09:28. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GABINETE DA CONSULTORA JURÍDICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 826, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5969/5979 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 01020/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023398/2021-38

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - MDR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

1. Acolho, na forma do DESPACHO n. 01010/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU, o PARECER n. 00319/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU, mediante o qual se concluiu pela aprovação da minuta (SEI 3813453) de resolução a ser editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, cujo escopo é estabelecer procedimentos para deliberação sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433/1997, condicionando, todavia, ao atendimento dos seus itens 14, 25 e 27.
2. Nesta oportunidade, reforça-se a recomendação constante do item 14, no sentido de que haja a observância dos prazos, de modo a se evitar a judicialização.
3. À Coordenação de Assuntos Administrativos, a fim de encaminhar os autos à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, conforme proposto.

Brasília, 29 de junho de 2022.

CRISTIANE SOUZA BRAZ COSTA

Procuradora Federal

Consultora Jurídica

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023398202138 e da chave de acesso e0747f2f



Documento assinado eletronicamente por CRISTIANE SOUZA BRAZ COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 923186092 e chave de acesso e0747f2f no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CRISTIANE SOUZA BRAZ COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-06-2022 14:56. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

Nota Informativa nº 1/2022/CTAL/CNRH

Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos

1. Trata-se da proposta resolução que estabelece procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), aprovada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais- CTAL/CNRH, na 15ª Reunião, em 24 de maio de 2022.
2. A matéria constava como item de deliberação da [46ª Reunião Ordinária do CNRH](#). No entanto, por solicitação do próprio MDR foi retirada da pauta, pelo fato de que não havia, até então, manifestação da CONJUR/MDR acerca da proposição de emenda sugerida por este ministério, encaminhada por meio da Nota Técnica nº 3/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR.
3. A proposta de emenda à resolução inclui ajustes no prazo previsto no artigo 2º, alterando de trinta para dez dias, para adequar ao art. 59, caput, da [Lei nº 9.784/1999](#).
4. Também foram propostos ajustes pontuais na redação e a inclusão do artigo 10, referente ao exercício do direito de petição, definindo que neste caso deve tramitar seguindo o mesmo procedimento do recurso.
5. No exame do assunto, a Conjur/MDR manifestou-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que observadas as recomendações expostas nos itens 14 a 27 do parecer nº 00319/2022/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3822583). Concluiu, ainda, que a resolução atende os pressupostos de constitucionalidade e legalidade necessários à sua edição.
6. Nesse passo, nos itens 16 a 27 do retromencionado parecer jurídico, houve as seguintes recomendações/considerações:

16. **Preâmbulo:** supressão do trecho “o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública”.

17. **Comentário:** a mudança não possui relevância jurídica, tendo em vista que a aplicabilidade dos princípios referidos decorre da própria Constituição Federal, independentemente de menção expressa.

18. **Preâmbulo:** inclusão do trecho “considerando a tramitação e os prazos regimentais necessários para a tomada de decisão coletiva nas diferentes instâncias do Conselho”.

19. **Comentário:** a mudança não possui relevância jurídica, tendo em vista que os prazos para análise decorrem da própria legislação aplicável e devem estar dispostos na parte normativa da resolução, conforme a estrutura definida no art. 5º do Decreto nº 9.191/2017. De qualquer modo, o esclarecimento é útil, considerados os pronunciamentos do Superior Tribunal de Justiça indicados acima.

20. **Art. 2º:** remissão ao artigo 1º e redução do prazo para interposição do recurso, de trinta para dez dias, contados da divulgação oficial da decisão recorrida no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica.

21. **Comentário:** a remissão ao artigo 1º delimita adequadamente o objeto do recurso de que trata o ato normativo proposto. O prazo recursal de dez dias alinha-se ao art. 59, caput, da Lei nº 9.784/1999 (“Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida”).

22. **Art. 3º, § 1º:** especificação dos prazos para a Secretaria-Executiva do CNRH solicitar a complementação da instrução e para o recorrente realizar tal medida.

23. **Comentário:** a definição dos prazos mencionados mostra-se juridicamente adequada, imprimindo maior detalhamento para o procedimento recursal regulamentado pelo ato normativo.

24. **Art. 4º, caput:** indicação de que a Secretaria-Executiva comunicará também ao CNRH a instauração do procedimento administrativo referente ao recurso.

25. **Comentário:** A mudança é adequada, consideradas as atribuições da Secretaria-Executiva no âmbito do procedimento recursal. Sugere-se, apenas, seja realizada revisão do texto para adequar a regência verbal (“[...] comunicará aos envolvidos e ao CNRH [...]).

26. **Art. 10:** inclusão de artigo prevendo o exercício do direito de petição, assim como os dispositivos aplicáveis do ato normativo nesses casos.

27. **Comentário:** o exercício do direito petição é garantia constitucional, não havendo óbice jurídico à inclusão de artigo que o preveja. No entanto, existe o risco de que tais requerimentos sejam utilizados nas hipóteses em que o peticionário tenha descumprido algum requisito do recurso administrativo (por exemplo, perda do prazo). Por esse motivo, **sugere-se** que o órgão consultante avalie, no âmbito de sua discricionariedade administrativa, a conveniência e a oportunidade de se incluir um parágrafo único para explicitar que o direito de petição não pode ser exercido como sucedâneo do recurso administrativo eventualmente cabível. Uma possível redação a ser utilizada seria a seguinte: “Parágrafo único. A petição será indeferida caso apresentada em substituição ao recurso administrativo cabível, de que trata o art. 1º, o qual deverá observar os requisitos e procedimentos estabelecidos neste ato normativo”.

7. A matéria foi apresentada na 16ª Reunião da CTAL, que tomou ciência da proposta de emenda apresentada pelo MDR e avaliada pela CONJUR/MDR. Nesta ocasião, foi realizada uma leitura da proposta, com o intuito de aprimoramento. Os ajustes foram pontuais, somente no preâmbulo da redação avaliada pela consultoria Jurídica.

8. Apresenta-se na sequência a redação com os pontos da emenda em destaque para deliberação do Plenário do CNRH. Em vermelho as emendas do MDR, em azul sugestão da CTAL.

PROPOSTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2022

Estabelece procedimentos para deliberação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências dadas pelo parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, observado **o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral**, e considerando a tramitação e os prazos regimentais necessários para a tomada de decisão nas diferentes instâncias do Conselho, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 2º O recurso **de que trata o artigo anterior** deverá ser encaminhado ao CNRH em até **trinta dias** contados da divulgação oficial da decisão recorrida **no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica**.

Art. 3º O recurso deverá ser protocolizado na Secretaria Executiva do CNRH acompanhado dos documentos e fundamentos interpostos pelo recorrente e devendo ser instruído, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

I - descrição dos fatos e fundamentos objeto do pedido de reexame;

II - **apresentação de** cópia do recurso que foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão; e

III - **apresentação de** cópia do processo administrativo que originou a decisão recorrida, contendo todos os documentos necessários para a análise e deliberação pelo plenário.

§ 1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH **solicitará ao requerente**, mediante despacho fundamentado, **em até dez dias úteis a contar do protocolo**, que complemente a documentação **conferindo o** prazo de **até** quinze dias úteis.

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no §1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH enviará o processo à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL informando qual requisito não foi atendido.

Art. 4º Preenchidos os requisitos previstos nos artigos 2º e 3º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará **aos** envolvidos **e ao CNRH** a instauração do processo administrativo.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada pelo requerente e estabelecerá o prazo de trinta dias corridos para que o demandado se manifeste sobre o objeto do recurso.

§ 2º Após o recebimento da manifestação prevista no §1º deste artigo, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhará o recurso e os documentos correspondentes para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL.

Art. 5º Cabe à CTAL analisar o recurso e emitir parecer para subsidiar a decisão do plenário.

§ 1º Caso entenda que o procedimento não atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL deverá encaminhar o feito ao plenário, acompanhado de parecer devidamente fundamentado, sugerindo o arquivamento do procedimento.

§ 2º Caso entenda que o procedimento atende aos requisitos mínimos de admissibilidade a CTAL designará uma comissão de relatoria composta por três de seus membros, de segmentos distintos, desde que não seja o(os) diretamente

envolvido(s).

§ 3º A comissão de relatoria será escolhida por voto da maioria simples dos membros da CTAL.

§ 4º Entendendo estar devidamente instruído o processo a comissão de relatoria irá elaborar e submeter seu parecer para apreciação dos membros da CTAL.

§ 5º A comissão de relatoria, caso verifique não se tratar de matéria legal ou jurídica, solicitará manifestação da Câmara Técnica competente para analisar a matéria.

§ 6º Na hipótese do § 5º, após emitido o parecer pela câmara técnica competente, o processo retornará a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL para apreciação e elaboração do parecer da comissão de relatoria.

§ 7º A câmara técnica competente a que se refere o §5º do caput e a CTAL terão, respectivamente, 45 dias e 60 dias corridos, para análise do processo e emissão de parecer, contados do recebimento da solicitação.

§ 8º O prazo da CTAL será suspenso caso seja feita a solicitação prevista no §5º e voltará a correr quando do recebimento do parecer elaborado pela Câmara Técnica demandada.

Art. 6º Com fundamento no parecer da CTAL, bem como nas manifestações apresentadas pelos envolvidos, o Plenário do CNRH irá deliberar sobre o objeto do recurso.

Art. 7º Na sessão de apreciação e de discussão do recurso, tanto no âmbito das câmaras técnicas quanto no Plenário do CNRH, será garantido o direito de sustentação oral aos representantes legais dos envolvidos.

Art. 8º A deliberação pelo CNRH constitui decisão final, no âmbito administrativo, sobre o recurso.

Art. 9º Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Resolução, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 10 Nos casos de exercício do direito de petição, aplicam-se as disposições previstas nos artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º desta Resolução, com as devidas adequações no nome do instrumento legal interposto.

Parágrafo único. A petição será indeferida caso apresentada em substituição ao recurso administrativo cabível, de que trata o art. 1º, o qual deverá observar os requisitos e procedimentos estabelecidos neste ato normativo.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 05/09/2022, às 17:55, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3925275** e o código CRC **75854916**.